



19544561



08012.003253/2018-45



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria Nacional do Consumidor
Departamento de Projetos e de Políticas de Direitos Coletivos e Difusos
Coordenação-Geral de Análise e Formalização
Coordenação de Formalização

PLANO DE TRABALHO
TED FDD N° 02/2020

1. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADORA:

1.1. Unidade Descentralizadora e Responsável

Nome do órgão ou entidade descentralizador(a): **Fundo de Defesa de Direitos Difusos**

Nome da autoridade competente: **Rodrigo Henrique Roca Pires**

Número do CPF: [REDACTED]

Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: **Secretaria Nacional do Consumidor / Departamento de Projetos e de Políticas de Direitos Coletivos e Difusos / Coordenação-Geral de Monitoramento e Prestação de Contas**

1.2. UG SIAFI

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que descentralizará o crédito: **200401/00001 - Fundo de Defesa de Direitos Difusos**

Número e Nome da Unidade Gestora - UG Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: **200401/00001 - Fundo de Defesa de Direitos Difusos**

2. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADA:

2.1. Unidade Descentralizada e Responsável

Nome do órgão ou entidade descentralizador(a): **Universidade Federal de São Paulo - Unifesp**

Nome da autoridade competente: **Raiane Patrícia Severino Assumpção**

Número do CPF: [REDACTED]

Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pela execução do objeto do TED: **Universidade Federal de São Paulo - Pró-Reitoria de Administração**

2.2. UG SIAFI

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que receberá o crédito: **153031/15250 - Universidade Federal de São Paulo**

Número e Nome da Unidade Gestora - UG Responsável pela execução do objeto do TED: **153031/15250 - Universidade Federal de São Paulo**

3. OBJETO:

Criação do Centro de Estudos da Ordem Econômica (CEOE/Unifesp), com o objetivo de ampliar a capacidade de produção interdisciplinar de conhecimento e de subsídios para a execução de políticas públicas em geral, e, em especial nas áreas de regulação, concorrência, cidadania e governança pública.

4. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES E METAS A SEREM DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO TED:

META 1 - CONSTRUÇÃO DA INFRAESTRUTURA: Proporcionar instalações adequadas para o Instituto, criando uma área planejada especificamente para as atividades planejadas e integrada ao entorno e à cidade e para a confluência de pesquisadores, gestores e outros agentes públicos;

| | |
|--|--|
| 1.1. Etapa: Preparação (canteiros, licitações contratações) | Indicador: Medições de engenharia |
| 1.2. Etapa: Construção (fundações, estrutura, vedações) | Indicador: Medições de engenharia |
| 1.3. Etapa: Acabamento/Fachada (esquadrias, pisos, pintura, climatização) | Indicador: Medições de engenharia |
| 1.4. Etapa: Jardinagem, mobiliário (interior e entorno acabados, instalação de mobiliário e equipamentos) | Indicador: Medições de engenharia |
| 1.5. Etapa: Operação (laboratórios, cursos e demais atividades operando no local) | Indicador: Número de usuários das instalações |

META 2 - DESENVOLVIMENTO DE METODOLOGIAS E ESTUDOS: Estabelecimento de convênios e produção de metodologias (especialmente as quantitativas) e estudos específicos, de forma a desenvolver e disseminar o conhecimento aplicado em regulação, concorrência e governança pública;

| | |
|---|--|
| 2.1. Etapa: Convênios/Acordos | Indicador: Quantidade de convênios estabelecidos (CADE, CGU, TCU, CNJ, CVM, BC, Judiciário, MP, agências reguladoras e outros órgãos do governo). Sítio eletrônico e estratégias de comunicação definidas e implantadas |
| 2.2. Etapa: Definição de Estudos | Indicador: Até 7 Termos de Referência, com o detalhamento dos estudos em cada uma das áreas |
| 2.3. Etapa: Recursos para bolsas | Indicador: Pedidos de bolsa, projetos para agências de fomento e estratégias definidas pela FapUnifesp em plano de trabalho |
| 2.4. Etapa: Recrutamento | Indicador: Número e perfil de pesquisadores (bolsistas e não bolsistas) recrutados |
| 2.5. Etapa: Metodologias | Indicador: Relatório com a definição e o desenvolvimento de metodologias, onde aplicável, o que deve incluir o desenvolvimento das metodologias necessárias aos estudos i, ii e vi |
| 2.6. Etapa: Dados, <i>drafts</i> | Indicador: Bancos de dados constituídos e versões preliminares de cada um dos estudos |
| 2.7. Etapa: Versões finais | Indicador: Texto final dos estudos |
| 2.8. Etapa: Divulgação | Indicador: Número de participantes dos eventos, alcance das publicações (acadêmicas ou de divulgação) obtidas |
| 2.9. Etapa: Publicação | Indicador: Número de livros e publicações (obtidos ou submetidos, nos casos em que o tempo para publicação for longo) |

META 3 - SEMINÁRIOS, WORKSHOPS E CONGRESSOS: Capacitar, treinar e conscientizar o público em geral e participantes do mercado e os órgãos de defesa da concorrência, de fiscalização e de regulação;

| | |
|--------------------------------------|--|
| 3.1. Etapa: Planejamento | Indicador: Planos de trabalho de 3 Congressos Internacionais, 10 Seminários e 8 Workshops, desenvolvidos em consonância com o cronograma das pesquisas, quando for o caso |
| 3.2. Etapa: I Congresso anual | Indicador: Número de participantes presenciais e <i>online</i> , nacionais ou estrangeiros, número de pesquisas apresentadas, quantidade de matérias e/ou menções em imprensa e redes. Número de participações em eventos e visitas técnicas internacionais |

| | |
|---|--|
| 3.3. Etapa: Workshops 1º ano/participações em eventos externos | Indicador: Realização de ao menos 4 workshops. Contribuições realizadas para as pesquisas, número de participantes presenciais e <i>online</i> , nacionais ou estrangeiros, número de pesquisas apresentadas, quantidade de matérias e/ou menções em imprensa e redes. Realização de ao menos 3 visitas técnicas e participações em eventos nacionais |
| 3.4. Etapa: Eventos/seminários 1º ano | Indicador: Realização de ao menos 4 eventos, número de participantes presenciais e <i>online</i> , número de pesquisas apresentadas, quantidade de matérias e/ou menções em imprensa e redes |
| 3.5. Etapa: II Congresso Anual | Indicador: Número de participantes presenciais e <i>online</i> , número de pesquisas apresentadas, quantidade de matérias e/ou menções em imprensa e redes |
| 3.6. Etapa: Workshops 2º ano/participações em eventos externos | Indicador: Realização de ao menos 4 workshops. Contribuições realizadas para as pesquisas, número de participantes presenciais e <i>online</i> , número de pesquisas apresentadas, quantidade de matérias e/ou menções em imprensa e redes |
| 3.7. Etapa: Eventos/seminários 2º ano | Indicador: Realização de ao menos 4 workshops. Contribuições realizadas para as pesquisas, número de participantes presenciais e <i>online</i> , número de pesquisas apresentadas, quantidade de matérias e/ou menções em imprensa e redes |
| 3.8. Etapa: III Congresso Anual | Indicador: Número de participantes presenciais e <i>online</i> , nacionais ou estrangeiros, número de pesquisas apresentadas, quantidade de matérias e/ou menções em imprensa e redes. Número de participações em eventos e visitas técnicas internacionais |

META 4 - LABORATÓRIO E REFERÊNCIAS: Criação do centro de referências do Instituto (Laboratório de Regulação, Concorrência e Governança), com sua biblioteca (livros, banco de dados e recursos online) e recursos técnicos (equipamento local e integração com os recursos de alto desempenho da universidade);

| | |
|--|--|
| 4.1. Etapa: Planejamento da estrutura de TI | Indicador: Capacidade de processamento, plano de uso dos recursos (máquinas virtuais), convênios com outras instituições |
| 4.2. Etapa: Pesquisadores | Indicador: Número e perfil dos pesquisadores visitantes |
| 4.3. Etapa: Aquisição/Instalação | Indicador: Número de referências, equipamentos instalados e capacidade de comunicação e processamento |
| 4.4. Etapa: Integração/revisão | Indicador: Número de equipamentos e instalações integrados |
| 4.5. Etapa: Definição de plataformas | Indicador: Número de plataformas, quantidade de dados, indicadores de <i>open knowledge</i> |
| 4.6. Etapa: Entrega das plataformas | Indicador: Número de usuários das plataformas <i>online</i> e em aplicativos, volume de dados, consultas e <i>downloads</i> |

5. JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DO TED:

Situação Atual

O Poder Público tem aumentado, em todo o mundo, o uso de evidências científicas (sobretudo as de fundo quantitativo) na condução de políticas públicas e dos negócios do Estado. Modelos de inferência, de inteligência artificial e de pesquisa em grandes volumes de dados (o chamado *big data*) têm sido usados em atividades que vão da avaliação dos efeitos de políticas sociais até a

procura de indícios de ilícitos concorrenciais, passando pelo auxílio no combate à corrupção, aferição da efetividade de leis e regulamentos e pelo controle da higidez de mercados financeiros, para citar apenas alguns exemplos.

A abordagem interdisciplinar tem sido essencial nesse novo estágio da condução de políticas públicas, com especial destaque para a influência das normas e do aparato de justiça, mas sem descurar de aspectos econômicos, de gestão, ciências cognitivas e outros. Nota-se este avanço, por exemplo, no uso cada vez maior de evidências jurimétricas e estatísticas em processos judiciais (sobretudo nos Estados Unidos e União Européia) e na criação e crescimento de sociedades de estudos interdisciplinares que primam pelo rigor científico no exame dos problemas sociais, como a *Society for Empirical Legal Studies (SELS)* e a *Society for Institutional and Organizational Economics (SIOE)*.

Essa tendência encontra eco no Brasil, ainda que o país esteja dando primeiros passos no sentido do uso de abordagens mais rigorosas nas áreas de regulação, concorrência e governança pública. Em especial, existe muito espaço para avanços quando se examina a influência de leis e regulamentos sobre os mercados e, sobre as políticas públicas e sobre decisões individuais. Para uma medida da situação atual, levantamento feito pela equipe deste projeto encontrou 169 artigos nos últimos 5 anos em jornais e revistas de alto prestígio acadêmico (publicações A1, A2, B1 e B2) lidando com o exame de decisões judiciais. Destes, pouco mais de 10 apresentavam uma qualidade entre mediana e alta, segundo a escala Jadad de qualidade de estudos empíricos, e apenas três se valiam de técnicas robustas de inferência. Este resultado não é diferente quando se examinam os trabalhos e artigos apresentados em eventos das áreas de direito e de outras ciências sociais aplicadas.

Uma consequência desse panorama é que o país carece do desenvolvimento e da disseminação de técnicas de análise e modelos para uma avaliação empírica mais robusta de problemas. Também é necessária uma ampla discussão sobre o uso de novas ferramentas e abordagens, como aquelas derivadas da economia comportamental e economia narrativa.

Em relação ao acesso a informações, a disponibilidade de referências *online* tem aumentado, sobretudo pela subscrição de serviços de publicação pelas universidades e a disponibilidade de repositórios de acesso livre. Entretanto, o acesso a livros ainda é fundamental, e tem se observado uma deterioração acentuada dos acervos nacionais em áreas de fronteira do conhecimento. De fato, quando se trata de livros e outras publicações nas áreas de concorrência, regulação, governança e políticas públicas, a perspectiva não é boa, faltando um centro de referências nacionais e internacionais. Para um exemplo, se procurarmos no *site* de referências *Bookauthority* a lista de recomendações de livros essenciais em Direito Concorrencial (o chamado *antitrust*), para o qual o serviço indica apenas 9 livros, encontramos apenas dois deles nos maiores acervos nacionais (USP, Fundação Getúlio Vargas e UnB), ainda assim em edições defasadas. Em alguns casos, o CEOE deve mesmo considerar a publicação de obras voltadas a avançar a fronteira de pesquisa e de conhecimento.

Os desafios técnicos para a realização de estudos aprofundados e disseminação de abordagens quantitativas robustas não são poucos. Faltam equipamentos capazes de realizar análises de grandes volumes de dados ou para a estimação de modelos que requerem grande poder computacional. Mesmo onde estes existem, pesquisadores em grupos de estudo interdisciplinares, sobretudo os de ciências sociais aplicadas, se ressentem da falta de treinamento especializado. O único grupo hábil a realizar este tipo de análise no país hoje em dia, a Associação Brasileira de Jurimetria (ABJ), constitui uma exceção que confirma a regra. Trata-se de um grupo de pesquisa constituído por pouco mais do que seis pesquisadores, com acesso a recursos computacionais do Instituto de Matemática e Estatística da USP, e que produziu estudos quantitativos de inferência para *todos* os editais já publicados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Entretanto, mesmo esse grupo atua de forma apenas marginal nas áreas de Regulação, Concorrência e Governança Pública.

Por fim, tanto o estudo da regulação e concorrência, quanto o do planejamento, implementação e avaliação de políticas públicas, encontra uma nova fronteira nas ciências comportamentais. Os vieses e heurísticas, os chamados 'empurrões' (*nudges*) em matéria regulatória e os avanços da economia narrativa como explicação para decisões financeiras e econômicas são campos que precisam ser explorados no país. Recentemente, o uso que tais abordagens fazem de modelos epidemiológicos e a evolução de co-epidemias (examinando impactos da saúde sobre a economia e vice-versa) demandam a aproximação entre as áreas da saúde, ciências sociais e tecnologia da informação.

Interesses Recíprocos

A Crise Fiscal demanda do Poder Público uma melhor gestão dos recursos, e governos recentes têm cada vez mais se valido de técnicas de avaliação de políticas públicas e dos recursos de análise estatística e jurimétrica com este fim. A União anuncia, em diversos programas, o uso de ferramentas de análise científica, sobretudo as quantitativas, como forma de promover o aumento da eficiência e da equidade na gestão. Em especial, nas áreas de direito da concorrência, regulação, governança pública e gestão de políticas públicas existe um espaço onde se observa a confluência de interesses entre a União e Universidades Federais. A ênfase em pesquisa aplicada apresentada neste projeto, visando em especial o desenvolvimento de capacidade analítica em um polo na região sudeste, vai ao encontro dessas necessidades de melhoria da gestão pública.

O desenho do projeto, que inclui o desenvolvimento e a adaptação de metodologias de análise, a preparação de estudos aplicados, a disseminação do conhecimento, o fomento ao debate público e a constituição de uma infraestrutura aberta a pesquisadores, agentes públicos e comunidade, reforça sua orientação à concretização de interesses recíprocos.

Contribui definitivamente para essa confluência a localização do Campus Osasco da Unifesp, onde se localizará o CEOE. A Escola Paulista de Política Economia e Negócios (EPPEN), que iniciou suas atividades em 2011, abriga cinco cursos de graduação na área das Ciências Sociais Aplicadas: Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Relações Internacionais e Ciências Atuariais. As atividades de pós-graduação foram iniciadas em 2013, com o Mestrado Profissional em Gestão de Políticas e Organizações Públicas e foram ampliadas em 2016, com o Mestrado Acadêmico em Economia e Desenvolvimento. Conta com um curso de graduação em Direito, autorizado pelo MEC em setembro de 2020, e tem planos de contar, no futuro, com uma pós-graduação em Direito.

O novo *campus* em Osasco (Quitaúna), com obras iniciadas, contará com um conjunto de edifícios culturais e educacionais destinados ao uso do público. Com acesso por uma recém implantada alameda parque e ciclovias, o *campus* terá uma praça de equipamentos que congregará dois edifícios, incluindo o Centro de Estudos da Ordem Econômica (CEOE/Unifesp) com biblioteca,

livraria, café, laboratórios, áreas de estudo e infraestrutura para as atividades de extensão, pesquisa, capacitação de agentes públicos e de ensino.

Em nível local, o novo complexo não apenas promoverá o fluxo e aumento do público em geral, como também terá o papel de suprir a carência de equipamentos públicos de cultura nesta cidade com 697 mil habitantes, que conta apenas com 5 equipamentos culturais e 3 bibliotecas municipais. O CEOE/Unifesp tem potencial para ser o principal centro de estudos da região, com laboratórios, bibliotecas e outros equipamentos, assim como seu principal conjunto cultural, com a construção em seu edifício principal de seu teatro, tornando-se um dos polos de democratização de acesso à cultura, educação e lazer.

Em um plano mais amplo, o CEOE procura suprir a falta de um **centro de referência nacional em concorrência, regulação e governança pública**. Seu acervo de livros e referências deve incluir não apenas obras essenciais e literatura dificilmente encontrada no Brasil nessas áreas, mas contará com o apoio e a expertise em plataformas digitais desenvolvida pela FapUnifesp (a fundação de apoio da universidade), através da plataforma SciELO e de outros projetos, incluindo o desenvolvimento de bases de dados, sistemas *online* e aplicativos para celular. Para a produção de estudos e tratamentos de bases extensivas de dados, contará com servidores de dados e de aplicação, capacidade de armazenamento, estrutura de comunicação de dados e software para o desenvolvimento de estudos, testes, modelos e estimativas jurimétricas, econométricas e estatísticas.

Essa capacidade de processamento será completada pelos recursos já disponíveis no Centro de Computação de Alto Desempenho da universidade. Assim, a criação do CEOE/Unifesp permite a colaboração, em nível nacional, internacional e com outras instituições, nas questões e políticas públicas que envolvem a regulação econômica, a defesa da concorrência e o aperfeiçoamento da governança pública, através da produção de estudos, da capacitação, da realização de eventos e da criação de plataformas tecnológicas e aplicativos.

Principalmente, seu laboratório será um centro de excelência para análises empíricas de relevo, produzindo já em seu início estudos e metodologias e estabelecendo convênios importantes. Servirá também como um centro de referência, incluindo, além de material bibliográfico, outros dados e materiais a serem disseminados em convênios e cooperações, atendendo a necessidade de órgãos de controles e agências em todo o país. O CEOE conta, já em sua partida, com o apoio de um **Conselho Consultivo Internacional** de grande prestígio e reputação, incluindo pesquisadores e professores nas áreas de regulação, como a professora **Roberta Romano** (Yale University), na área de desenvolvimento econômico, como o professor emérito **Albert Fishlow** (Columbia University), nas áreas de direito e economia e também de jurimetria, como o professor **Christoph Engel** (Max Planck Institute - Bonn), consumidor e concorrencial, como os professores **Roberto Pfeiffer** (FD/USP) e **Celso Campilongo** (FD/USP), Direito Administrativo, como o professor **Carlos Ari Sundfeld** (FGV/PUC-SP), Direito e Políticas Públicas, como o Professor **John Donohue III** (Stanford University), entre outros (veja Tabela I adiante), além de um **Comitê Consultivo de Pesquisa** constituído por professores dos diversos cursos da Unifesp - Campus Osasco.

O programa de atividades do projeto envolve a preparação de eventos, a capacitação de estudantes, agentes públicos e da sociedade (através de especializações e da educação popular para direitos), o estabelecimento de convênios de cooperação técnica, o desenvolvimento de estudos técnicos e acadêmicos e atividades de extensão, o recrutamento de pesquisadores residentes e outras atividades de impacto. A sustentabilidade dessas atividades após o aporte inicial do FDD já se encontra assegurada pela universidade, conforme demonstra o plano de trabalho (veja a seção *sustentabilidade* no cronograma de etapas e metas mais adiante), e a ênfase no aprimoramento da gestão pública reforça mais uma vez o desenvolvimento de interesses recíprocos.

Efeitos Positivos Mensuráveis

Do ponto de vista qualitativo, os efeitos positivos mensuráveis esperados se constituem nos seguintes avanços e melhorias:

1) Desenvolvimento de metodologias e sua aplicação em casos específicos, com a dupla finalidade de i) examinar problemas relevantes nas áreas de regulação, concorrência, governança pública, políticas públicas e cidadania (em especial a defesa de direitos difusos e coletivos); ii) constituir um acervo de metodologias, em especial as quantitativas, para aplicação em outros estudos de casos. Estes estudos, que devem ser melhor detalhados com o avanço das pesquisas, envolvem as seguintes áreas:

a) Cálculo de dano em cartéis e em outras condutas - desenvolvendo sua aplicação, preferencialmente, em um projeto examinando danos causados em concorrências públicas, procurando o desenvolvimento de metodologias quantitativas para a identificação de cartéis;

b) Análise quantitativa de sanções pecuniárias, em especial para a determinação de efeitos de prevenção geral e específica;

c) Exame, nos estudos em que for aplicável, da relação entre competitividade e concorrência, com o objetivo de desenvolver modelos quantitativos para essa aferição;

d) Exame da relação entre regulação e concorrência, preferencialmente no ramo de serviços públicos (saneamento ou energia elétrica);

e) Pesquisa sobre as relações entre comércio internacional e concorrência, preferencialmente nas áreas de tecnologia, propriedade intelectual e serviços;

f) Pesquisa, nas áreas anteriores, em mercados e setores econômicos específicos, com a adequação de metodologias;

g) Governança, gestão de riscos e fiscalização, com ênfase no exame da atuação do terceiro setor e sua relação com o Poder Público. Esta linha de pesquisa inclui o desenvolvimento de tecnologias para permitir o uso de aplicativos e plataformas *online* na produção de análises; e

h) Avaliação de políticas públicas, envolvendo a definição de metodologias e abordagens para coleta de dados e fomento do debate (também através do uso de aplicativos e plataformas *online*). Serão examinadas pautas de saúde pública, com especial atenção ao estudo de co-epidemias e as relações entre economia e saúde (em especial, através da abordagem de economia narrativa), além de temas relacionados em conjunto com as áreas de saúde e de tecnologia da Unifesp.

2) Capacitação de agentes públicos, docentes, discentes e pesquisadores em metodologias inovadoras e nas técnicas desenvolvidas para as análises.

3) Fomento do debate público e ampliação da colaboração entre centros de produção de conhecimento e a gestão pública.

Como indicativos quantitativos, temos aqueles envolvidos diretamente nas pesquisas e atividades e aqueles alcançados pelas estratégias de disseminação de resultados, informações e conhecimento (em especial as atividades de assessoria de imprensa, redes sociais, sistemas *online* e aplicativos). Elencamos como principais os seguintes indicadores:

1) Público externo participando diretamente dos eventos: serão realizados, no primeiro triênio, ao menos 10 eventos de pequeno porte para o público externo e 8 para o público interno, constituídos de seminários, mesas redondas e palestras com público médio esperado de 60 pessoas (por evento, 1.180 no total) no modo presencial e um número ainda a ser estimado através da propagação via internet e redes sociais;

2) Público externo, nacional e internacional, participando dos 3 Congressos Internacionais, com frequência esperada de 250 pessoas (presencial, 750 no total) e um público ainda a ser estimado participando através da internet e de redes sociais;

3) Pesquisadores trabalhando diretamente em cada uma das áreas de pesquisa, estimando-se entre 10 e 25 pesquisadores e um número ainda a ser especificado de alunos de graduação e pós-graduação, além do envio de parte desses pesquisadores para visitas técnicas e participação em eventos;

4) Para acesso ao acervo, resultados de pesquisas e eventos, o público potencial imediato, considerando-se apenas o estado de São Paulo, pode ser medido em relação ao número total de pós-graduandos (18.230 mestrandos, 10.969 doutorandos e 6.772 cursando o mestrado profissional, de acordo com o GeoCapes 2017), pelo número de advogados (310.304, segundo dados da Ordem dos Advogados do Brasil), ou ainda 2.650 juízes estaduais (dados do Justiça em, Números, 2018);

5) Em termos de governança pública e formação de gestores públicos, cremos que o potencial não é apenas local, mas nacional, inclusive considerando as possibilidades de ensino à distância que a Unifesp já possui (a universidade é uma das credenciadas da Universidade Aberta do Brasil - UAB, projeto gerido pela Fundação de Apoio da Unifesp); e

6) As estratégias de comunicação e fomento ao debate envolvem a assessoria de imprensa, a presença em mídias sociais, a criação de recursos *online* e a distribuição de aplicativos.

A descentralização está enquadrada no inciso I do art. 3º do Decreto 10.426, 16 de julho de 2020.

6. SUBDESCENTRALIZAÇÃO:

A Unidade Descentralizadora autoriza a subdescentralização para outro órgão ou entidade da administração pública federal?

Sim

Não

7. FORMAS POSSÍVEIS DE EXECUÇÃO DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS:

A forma de execução dos créditos orçamentários descentralizados poderá ser:

Direta, por meio da utilização capacidade organizacional da Unidade Descentralizada.

Contratação de particulares, observadas as normas para contratos da administração pública.

Descentralizada, por meio da celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, com entes federativos, entidades privadas sem fins lucrativos, organismos internacionais ou fundações de apoio regidas pela Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994.

8. CUSTOS INDIRETOS (ART. 8, §2º):

A Unidade Descentralizadora autoriza a realização de despesas com custos operacionais necessários à consecução do objeto do TED?

Sim

Não

O pagamento será destinado aos seguintes custos indiretos, descritos no Cronograma de Desembolso no importe de R\$ 831.766,50 (oitocentos e trinta e um mil setecentos e sessenta e seis reais e cinquenta centavos) - A composição dos custos da FapUnifesp é constituída do trabalho dos profissionais da Fundação, somados aos valores gerais estruturais da infraestrutura da fundação: despesas com água, material de escritório, material de limpeza, cópias, energia elétrica, impostos, despesas gerais, encargos, internet, manutenção geral, telefone, correios, suporte do funcionamento da tecnologia, serviços indiretos:

1. Horas de trabalho dos profissionais dedicados ao projeto, no total de 12.682 (doze mil seiscentos e oitenta e duas) horas, conforme memorial quantitativo constante do Anexo - Levantamento de gastos com FapUnifesp (13513068) - valor: R\$ 499.140,41 (quatrocentos e noventa e nove mil cento e quarenta reais e quarenta e um centavos); e

2. Infraestrutura da fundação, estimado pelo período de execução do projeto, conforme memorial quantitativo constante do Anexo - Levantamento de gastos com FapUnifesp (13513068), no valor de R\$ 332.626,09 (trezentos e trinta e dois mil seiscentos e vinte e seis reais e nove centavos).

9. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO:

| METAS | DESCRIÇÃO | Unidade de Medida | Quantidade | Valor Unitário | Valor Total | Início | Fim |
|----------------|---|-------------------|------------|-------------------|-------------------|------------|---------------|
| META 1 | CONSTRUÇÃO DA INFRAESTRUTURA | Und | 1 | R\$ 15.411.162,74 | R\$ 15.411.162,74 | julho/2022 | novembro/2023 |
| PRODUTO | Edifício do CEOE | | | | | | |
| META 2 | DESENVOLVIMENTO DE METODOLOGIAS E ESTUDOS | Und | 1 | R\$ 2.356.749,99 | R\$ 2.356.749,99 | março/2021 | junho/2025 |
| PRODUTO | Metodologias, estudos e publicações | | | | | | |
| META 3 | SEMINÁRIOS, WORKSHOPS E CONGRESSOS | Und | 1 | R\$ 1.358.972,42 | R\$ 1.358.972,42 | março/2022 | junho/2025 |
| PRODUTO | Realização dos seminários, estudos e congressos | | | | | | |
| META 4 | LABORATÓRIO E REFERÊNCIAS | Und | 1 | R\$ 1.284.894,19 | R\$ 1.284.894,19 | março/2021 | setembro/2024 |
| PRODUTO | Acervo de referências (livros, bancos de dados e softwares) | | | | | | |

OBSERVAÇÃO: Nos valores das metas do Cronograma Físico-financeiro desse item 9, não estão incluídos os valores do custo indireto a ser pago à FapUnifesp, na importância de R\$ 831.766,50 (oitocentos e trinta e um mil setecentos e sessenta e seis reais e cinquenta centavos), conforme item 8 desse documento.

10. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO:

| MÊS/ANO | VALOR |
|-----------------------|--------------------------|
| dezembro/2020 | R\$ 6.070.909,94 |
| janeiro/dezembro 2021 | R\$ 4.299.858,61 |
| janeiro/dezembro 2022 | R\$ 624.092,20 |
| janeiro/dezembro 2023 | R\$ 8.263.023,51 |
| janeiro/dezembro 2024 | R\$ 1.706.431,35 |
| janeiro/julho 2025 | R\$ 279.230,23 |
| TOTAL | R\$ 21.243.545,84 |

11. PLANO DE APLICAÇÃO CONSOLIDADO - PAD:

| CÓDIGO DA NATUREZA DA DESPESA | ANO | CUSTO INDIRETO | VALOR TOTAL PREVISTO (CUSTO INDIRETO + CUSTO DO PROJETO) |
|-------------------------------|------|----------------|--|
| 449051 | 2020 | - | R\$ 5.056.775,39 |
| 339039 | 2020 | R\$ 213.546,10 | R\$ 1.014.134,55 |
| 449051 | 2021 | - | R\$ 3.498.974,52 |
| 339039 | 2021 | R\$ 161.397,05 | R\$ 800.884,09 |
| 339039 | 2022 | R\$ 107.598,04 | R\$ 624.092,20 |
| 449051 | 2023 | - | R\$ 6.038.446,27 |
| 339039 | 2023 | R\$ 122.228,86 | R\$ 2.224.577,24 |

| | | | |
|--|------|----------------|------------------|
| 339039 | 2024 | R\$ 187.306,33 | R\$ 1.706.431,35 |
| 339039 | 2025 | R\$ 39.690,12 | R\$ 279.230,23 |
| 12. PROPOSIÇÃO e APROVAÇÃO: | | | |
| Aprovo. | | | |
| Raiane Patrícia Severino Assumpção Vice-Reitora da Universidade Federal de São Paulo | | | |
| Aprovo. | | | |
| Rodrigo Henrique Roca Pires Secretário Nacional do Consumidor | | | |



Documento assinado eletronicamente por **Raiane Patricia Severino Assumpção, Usuário Externo**, em 14/10/2022, às 11:01, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Henrique Roca Pires, Secretário(a) Nacional do Consumidor**, em 14/10/2022, às 16:09, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **19544561** e o código CRC **ED332B2F**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/aceso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.